

EDUCAÇÃO

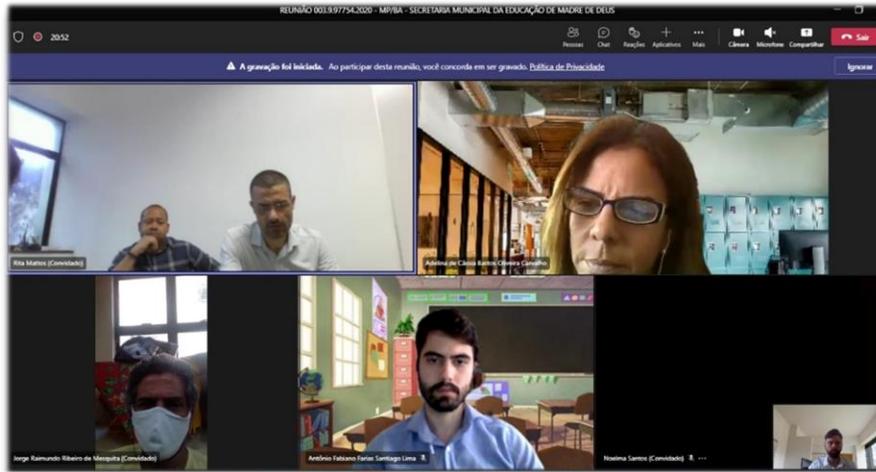
Boletim Informativo

Índice

03	Ações de suporte jurídico e pedagógico às promotorias de justiça
04	MP assina termos de cooperação para fomentar projetos de aprendizagem para jovens em situação de vulnerabilidade
05	MPs estadual e federal discutem projeto de educação inclusiva em rede pública de ensino da Bahia
06	Escola Politécnica Brasileira firma acordo com MP para regularizar funcionamento dos cursos técnicos à distância
07	MP participa de reunião nacional para discutir acesso à água potável nas escolas
08	MP estadual e TCE discutem ações para política educacional
09	Reunião CEDUC e FEEBA
10	Município de Cruz das Almas deve ofertar profissional para acompanhar alunos com deficiência no transporte escolar
11	#SejaBrother: campanha publicitária para combater bullying
12	Redução do ICMS tira recursos da educação
13	MEC divulga materiais de apoio com orientações sobre o cumprimento das condicionalidades para habilitação ao recebimento do complemento do VAAR/Fundeb
14	8 em cada 10 professores da rede pública relataram dificuldade em atender alunos com deficiência na pandemia, aponta pesquisa do Cetic
15	DECRETO Nº 11.146, DE 22 DE JULHO DE 2022

Ações de suporte jurídico e pedagógico às promotorias

Nos meses de julho e agosto houve reuniões orientativas com algumas promotorias de justiça.



Reunião sobre retorno às aulas em Madre de Deus



Reunião sobre Escola Legal



Reunião sobre Projeto Político pedagógico da Escola Montessori



Reunião sobre a Escola Municipal Alfredo Amorim

MP assina termos de cooperação para fomentar projetos de aprendizagem para jovens em situação de vulnerabilidade



O Ministério Público estadual e o Município de Salvador assinaram na manhã do dia vinte e dois de agosto um termo de cooperação interinstitucional para fomentar ações nos projetos ‘Sinaleira’ e ‘Cidadão Aprendiz’. O primeiro visa o desenvolvimento de estratégias para ofertar a adolescentes em situação de risco social, decorrente do trabalho infantil, a formação profissional como aprendizes. Já o segundo tem como foco o desenvolvimento de ações para ofertar a adolescentes em situação de acolhimento institucional, que cumprem medida socioeducativa em meio aberto, semiliberdade e egressos da Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac), a possibilidade de participar de formação profissional como jovens aprendizes.

“Enquanto promotora de Justiça na área de entorpecentes vi jovens que perderam suas vidas no tráfico com menos de 23 anos. Por isso, o que pretendemos com esses projetos é oferecer cidadania plena aos adolescentes de Salvador, dando oportunidades de estudo e qualificação para o trabalho. Assim, tiraremos esses jovens de um possível ingresso no crime e no tráfico”, destacou a procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti.

Na ocasião, o prefeito Bruno Reis agradeceu ao MP pela parceria e destacou a importância e capacidade dos projetos para melhorar a vida dos jovens em situação de vulnerabilidade social. “Esses projetos têm essa função de preparar adolescentes de 14 a 18 anos para que eles tenham uma progressão social e possam garantir sua renda e seu sustento”.

Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado)

[Leia na íntegra](#)

MPs estadual e federal discutem projeto de educação inclusiva em rede pública de ensino da Bahia



O Ministério Público estadual, por meio Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), e o Ministério Público Federal, através da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão na Bahia do MPF, estiveram em reunião, no dia 16/08, para discutir a educação inclusiva na rede pública de ensino da Bahia. No encontro, o MP estadual apresentou o Projeto Educação Inclusiva, criado em 2014 e que tem como objetivo ampliar o direito à educação, em especial, das pessoas com deficiência, para garantir o acesso, participação, permanência e aprendizagem.

A reunião contou com a participação dos promotores de Justiça Adalvo Dourado e Adriano Marques, coordenador da Ceduc e gerente do Projeto Educação Inclusiva, respectivamente, e da procuradora regional dos Direitos do Cidadão do MPF-BA, Marília Siqueira, além de representantes da Secretaria de Educação da Bahia. Segundo o promotor Adalvo Dourado, o MPF demonstrou interesse em apoiar o desenvolvimento do projeto. Uma nova reunião foi agendada para o mês de setembro, além da realização de um webnário sobre educação inclusiva em novembro. Uma audiência pública sobre o tema está prevista para ser realizada em 2023.

Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado)

Escola Politécnica Brasileira firma acordo com MP para regularizar funcionamento dos cursos técnicos à distância

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Thelma Leal, firmou hoje (4) um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Escola Brasileira Politécnica para regularizar o funcionamento dos cursos técnicos à distância. No documento, a Escola Politécnica Brasileira se comprometeu a comparecer presencialmente na sede do Conselho Estadual de Educação (CEE), em até dez dias a fim de solicitar o credenciamento da instituição e a autorização para funcionamento dos cursos técnicos de nível médio.

Segundo a promotora de Justiça Thelma Leal, a instituição de ensino oferta cursos técnicos à distância sem o devido credenciamento e sem autorização para funcionamento de seus cursos. “A Escola Politécnica Brasileira oferta mais de 20 cursos técnicos em formato de educação à distância, em mais de 250 polos em vários estados da federação, inclusive na Bahia”, destacou a promotora de Justiça. No TAC, a instituição de ensino se comprometeu ainda a não efetuar a matrícula de novos estudantes nos cursos ofertados na Bahia, até que o CEE manifeste-se acerca do deferimento da autorização para funcionamento e a pagar uma indenização no valor de R\$ 30 mil a título de ressarcimento coletivo aos consumidores em decorrência da atuação irregular. O valor será destinado as Obras Sociais Irmã Dulce. “A matrícula nos semestres letivos de estudantes veteranos não será prejudicada, diante da necessidade de continuação das atividades pedagógicas”, ressaltou a promotora de Justiça.

Fonte: Imprensa MPBA



MP participa de reunião nacional para discutir acesso à água potável nas escolas



O Ministério Público da Bahia participou, dia 09 de julho, de uma reunião para discutir o projeto “Sede de Aprender”, que visa garantir água potável nas escolas públicas. Só na Bahia, mais de mil escolas não tem acesso à água potável, segundo Censo Escolar realizado pelo Ministério da Educação (MEC). Estiveram presentes na reunião o coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), Promotor de Justiça Adalvo Dourado, além de representantes dos Ministérios Públicos e Tribunais de Contas de diversos estados, do MEC, do Instituto Rui Barbosa e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

O projeto “Sede de Aprender” foi idealizado pelo Ministério Público de Alagoas e vai ser implantado em todo o país com recursos federais do Programa Dinheiro Direto na Escola. Segundo o promotor Adalvo Dourado, a iniciativa de nacionalizar o projeto partiu do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). “O CNMP viu potencial e, pela demanda ter caráter nacional, estamos estabelecendo uma estratégia para enfrentar a falta de água potável nas escolas municipais e estaduais de todo o país” ressaltou. Poderão receber os recursos as escolas municipais e estaduais da educação básica do campo, indígena e quilombola que tenham declarado no Censo Escolar a inexistência de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário. Para auxiliar o processo, os Promotores das regiões vão receber orientações técnicas para subsidiar a atuação.

Fonte: Imprensa MPBA

MP estadual e TCE discutem ações para política educacional



O Ministério Público estadual, por meio do coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), Adalvo Dourado, reuniu-se, no dia 18/08, com a Conselheira do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Carolina Matos, para discutir ações voltadas à política educacional e a implantação de uma agenda comum de atuação. O encontro também contou com a presença do procurador Danilo Andrade, do Ministério Público de Contas, e de servidores do TCE e do MP.

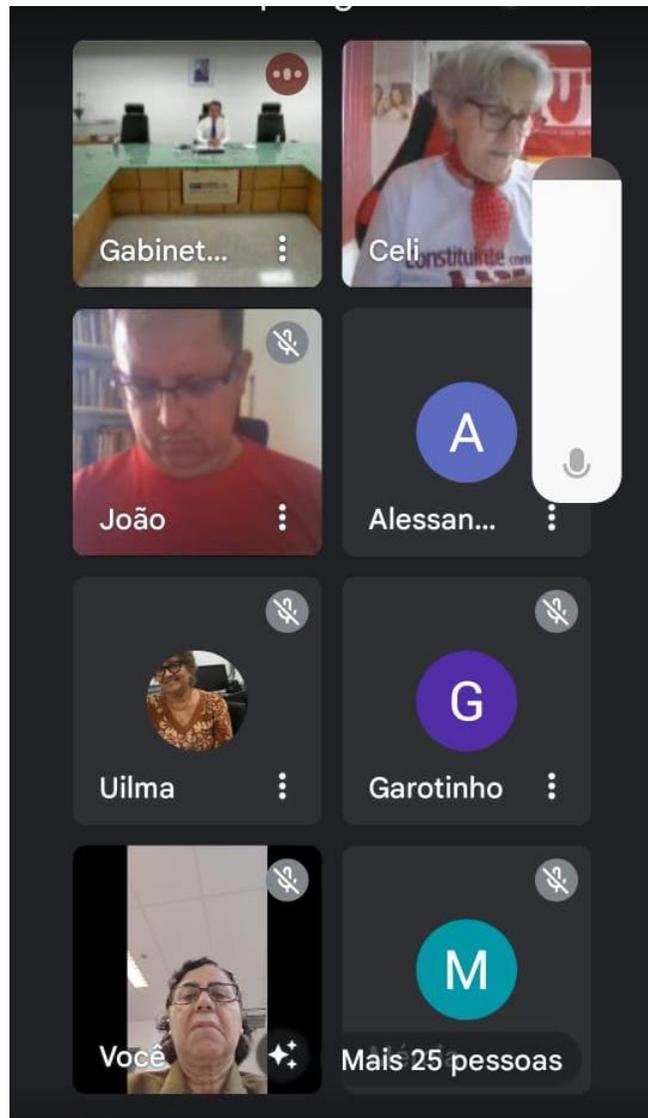
Na reunião, foram abordados temas como a evasão escolar, o programa de georreferenciamento do MPBA o ICMS Educação e a customização do aplicativo sobre transporte escolar legal. O promotor Adalvo Dourado considera que a parceria entre o MP e o TCE vai fortalecer a atuação dos órgãos na área da educação. “O MP se propõe a operar em defesa de uma educação de qualidade e inclusiva. Nesse desiderato, a atuação em rede se revela imperativa, de modo que a articulação com o TCE e o MP de Contas seguramente tornará mais exequível a nossa missão”, pontuou.

Fonte: Imprensa MPBA



Reunião CEDUC e FEEBA

Nos meses de julho e agosto a pedagoga do CEDUC, Iracema dos Santos Lemos, participou das reuniões organizadas pelo Fórum Estadual de Educação da Bahia (FEEBA). Esses encontros trataram sobre diversas temáticas, a exemplo da participação da Bahia na Conferência Nacional de Educação (CONAE); compromissos para a educação baiana nos próximos 04 anos; avaliação da conjuntura educacional e avaliação da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE).



Município de Cruz das Almas deve ofertar profissional para acompanhar alunos com deficiência no transporte escolar



A pedido do Ministério Público estadual, a Justiça determinou no dia 4 de julho do ano em curso que o Município de Cruz das Almas passe a ofertar regularmente o serviço de acompanhamento no transporte escolar de alunos com deficiência matriculados na rede municipal de ensino, no prazo de 30 dias. Além disso, o Município deve apresentar plano de gestão que assegure a oferta contínua do referido serviço, no prazo de 60 dias. Segundo o promotor de Justiça Adriano Marques, autor da ação civil pública, o Município não oferta monitores para acompanhar crianças e adolescentes com deficiência no transporte escolar municipal e, em razão disso, há estudantes que estão impedidos de frequentar a escola.

Ele complementou que, em resposta aos questionamentos do Ministério Público, o Município de Cruz das Almas informou que não dispõe de quantitativo suficiente de servidores para acompanhar os estudantes com deficiência. “No entanto, não se trata de uma política opcional do poder público”, destacou o promotor de Justiça. A decisão foi assinada pelo juiz Lucas de Andrade Cerqueira Monteiro.

Fonte: Imprensa MPBA



#SejaBrother: campanha publicitária para combater bullying

A campanha do Ministério Público estadual #SejaBrother, que visa combater e prevenir a violência escolar, em especial, situações de intimidação sistemática, como o bullying e cyberbullying, começa a ser publicada a partir do dia 29 de agosto, nas redes sociais e outras plataformas digitais da instituição, além de rádios da capital e interior do estado.

Com o slogan “Bullying: você sabe de que lado ficar!”, o projeto, que recebeu aporte financeiro do Ministério da Justiça, busca prevenir e combater a prática do bullying escolar através da atuação integrada de membros do MP com atribuições nas áreas de Educação e Infância, e integrantes das redes de ensino pública e privada, principalmente, estudantes, para o enfrentamento da violência nas escolas.

Como parte da campanha, que teve início em 2019, vinte integrantes do MP e representantes das Secretarias de Educação vão participar do curso Círculos de Construção de Paz, realizado pelo Instituto Moinho da Paz, a fim de receber capacitação para realizar palestras de conscientização e enfrentamento da violência escolar.

Fonte: Imprensa MPBA

Confira a campanha [aqui](#)

Redução do ICMS tira recursos da educação

Imposto recolhido pelo Estado é a origem de cerca de 60% do Fundeb, fundo direcionado para o ensino básico

Cerca de R\$ 456 milhões é a perda de arrecadação mensal calculada pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) diante da redução da alíquota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) na Bahia. Considerando essa média, o valor que deixará de ser arrecadado chegará a R\$ 5,5 bilhões por ano. A queda deve repercutir diretamente no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), pois 60% dos seus recursos têm o ICMS como origem, segundo a organização Todos pela Educação.

De acordo com a entidade, o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) estima uma redução nacional de R\$ 115 bilhões na arrecadação de ICMS. O montante apontado resultaria em queda de R\$ 23 bilhões nos fundos estaduais do Fundeb e de R\$ 3,45 bilhões na complementação da União ao Fundeb.

Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação básica no Brasil reúne todas as etapas anteriores ao ensino superior, abrangendo creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e a educação de jovens e adultos.

Fonte: A Tarde

[Leia na íntegra](#)



MEC divulga materiais de apoio com orientações sobre o cumprimento das condicionalidades para habilitação ao recebimento do complemento do VAAR/Fundeb



FUNDEB

VAAR

O Ministério da Educação divulgou nota com orientações gerais acerca das condicionalidades a serem cumpridas pelos entes subnacionais para habilitação ao recebimento do complemento VAAR/Fundeb. O documento (confira abaixo) tem por objetivo esclarecer os principais pontos aprovados no âmbito da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade relativos à implementação da complementação VAAR para o exercício de 2023 quanto ao atendimento das condicionalidades definidas na Lei nº 14.113/2020.

O documento sintetiza os aspectos abordados na Resolução nº 1/2022, deliberados pela Comissão, além de apresentar considerações sobre os desafios quanto à implementação das condicionalidades a serem observadas pelos estados, Distrito Federal e municípios.

Outro material de apoio, elaborado pelo MEC é o Manual do Fundeb no PAR 4, um tutorial com as etapas para o preenchimento das informações para aferição das condicionalidades definidas para a complementação VAAR para efeitos em 2023.

Um terceiro documento também foi disponibilizado às secretarias como apoio para essas ações, uma Nota Técnica do Banco Mundial, contendo sugestão de metodologia para o ICMS Educação, elaborada a partir de tratativas com diversos atores da seara educacional. Essa nota entretanto, está em fase de revisão e será divulgada em breve.

Fonte : UNDIME

[Leia documento na íntegra](#)

8 em cada 10 professores da rede pública relataram dificuldade em atender alunos com deficiência na pandemia, aponta pesquisa do Cetic

O atendimento aos alunos com deficiência foi uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos professores das redes de ensino pública e particular nos anos de pandemia, mostra levantamento do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br).

Segundo o levantamento, **80% dos professores de ensino fundamental e médio da rede pública (municipal, estadual e federal) relataram dificuldade em atender alunos com deficiência durante a pandemia**. Na rede particular de ensino, o percentual foi de 60%.

O estudo foi feito com 1.865 professores de todo o país entre setembro de 2021 e maio de 2022.

Fonte: g1.globo.br

[Leia a matéria na íntegra](#)





DECRETO Nº 11.146, DE 22 DE JULHO DE 2022

Convoca a 4ª Conferência Nacional de Educação, edição 2022

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições Convoca a 4ª Conferência Nacional de Educação(CONAE), edição 2022, a ser realizada na cidade de Brasília, Distrito Federal, com o tema "Inclusão, equidade e qualidade: compromisso com o futuro da educação brasileira". As conferências serão articuladas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação – FNE. A CONAE 2022, será realizada com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação - PNE vigente e subsidiar a sua elaboração para o decênio subsequente. São objetivos específicos da 4ª Conae, edição 2022:

I - acompanhar e avaliar as deliberações da 3ª Conae, edição 2018, a fim de verificar seus impactos e proceder às atualizações necessárias;

II - avaliar a implementação do PNE, com ênfase no cumprimento das metas e das estratégias intermediárias, sem prejuízo da análise global do referido Plano; e

III - avaliar a implementação dos planos de educação estaduais, distrital e municipais e os avanços e os desafios para as políticas públicas educacionais.

Ato do Ministro de Estado da Educação disciplinará a realização da 4ª Conae, edição 2022.

Fonte: Diário oficial da União(texto adaptado)

[Leia na íntegra o decreto](#)

Expediente

Procuradora Geral de Justiça
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEDUC
Coordenador
Adalvo Nunes Dourado Júnior

Equipe
Cristiane Moreira Araújo
Elizabete Alves Silva Ferreira
Elaine Jansen Pereira
José Sergio Gomes da Silva
Iracema dos Santos Lemos
Patricia Souza Gomes A. de Oliveira
Rafael Augusto Mansur Goes

Organização e Produção do Boletim
Patricia Souza Gomes A. de Oliveira
Elizabete Alves Silva Ferreira
José Sérgio Gomes da Silva

✉ Ceduc@mpba.mp.br
☎ 3103-0385
☎ 3103-0387
☎ 3103-0388



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – CEDUC
5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui

Índice

